

Quem tem medo do plebiscito da dívida?



GUIDO
MANTEGA

O ministro Malan anda meio estranho ultimamente. Depois de passar quase cinco anos com a tesoura na mão cortando gastos sociais, inesperadamente vestiu o hábito de madre Tereza de Calcutá e abraçou a causa dos mais pobres e remediados, envolvendo-se numa campanha para atacar a miséria do país. A que se deve a conversão do falcão em pombo? Certamente à popularidade do governo FHC, que está mais baixa que rabo de cobra. Mas existem também outras razões inconfessáveis para o novo "lay out" do ministro que apontam para 2002. Talvez tenhamos uma explicação do empenho de Malan em atacar o plebiscito da dívida externa brasileira e atribuir sua paternidade ao Partido dos Trabalhadores. Nas últimas duas semanas, o ministro da Fazenda deu inúmeras

entrevistas e publicou artigo domingo em "O Globo", com o nome sugestivo de "PT Saudações", fazendo malabarismos para impingir ao PT a responsabilidade de orquestrar campanha pelo calote da dívida interna e externa.

Naturalmente não passou despercebida a manobra eleitoreira do arguto ministro. Principalmente porque estava claro que a iniciativa do plebiscito era da CNBB, dentro do espírito do jubileu do ano 2000, e que ninguém, nem a Igreja e muito menos o PT, que apoiou a consulta, prega qualquer tipo calote. Inclusive Don Luciano Mendes de Almeida, deixou claro, na "Folha de S.Paulo", que o objetivo era suscitar a auditoria das contas externas. O segundo objetivo do plebiscito é denunciar o acordo com o FMI e o terceiro mostrar as dificuldades de os Estados e Municípios cumprirem os acordos de rolagem de suas dívidas.

Se pretendia desmoralizar a consulta popular, o tiro saiu pela culatra. De acordo com os dados preliminares, mais de 3 milhões de cidadãos compareceram às urnas que a CNBB, CUT e outras entidades espalharam pelo país na Semana da

Pátria, e a esmagadora maioria declarou-se favorável às propostas de auditoria e simpática a mandar a turma do FMI de volta para casa. Votaram pela revisão dos acordos de rolagem das dívidas que asfixiam Estados e Municípios. O barulho do ministro ajudou a promover o plebiscito, aliás, cuja terceira pergunta, sobre a rolagem da dívida municipal, seria subscrita por vários candidatos do PSDB à prefeitura, como o de São Paulo, que já se pronunciou a respeito.

O que se quer com o plebiscito da dívida não é a suspensão dos pagamentos externos, porque isso provocaria um trauma indesejável. Trata-se de fazer uma cuidadosa auditoria de como e por que o passivo cresceu em bola de neve durante a gestão FHC, apurando-se a responsabilidade dos atuais inquilinos do Palácio do Planalto e Esplanada dos Ministérios. Os R\$ 1,6 bilhão generosamente "doados" pelo governo aos bancos Marka e Fonte Cindam são apenas um exemplo e a ponta de um enorme iceberg a ser desvendado. O sentido do plebiscito é abrir a mala preta que a área econômica mantém a sete chaves.

Não se cogita a moratória ou a suspensão unilateral de pagamentos, pela simples razão de que ela afeta o crédito comercial, aumenta o spread e cria retaliações, tornando as relações com o mercado externo difíceis. Nada impede a substituição dos velhos títulos da dívida brasileira, que pagam spread elevado devido ao baixo valor de face.

Não se cogita a moratória ou a suspensão unilateral de pagamentos, porque ela afeta o crédito comercial e aumenta o spread

Se mesmo os analistas conservadores reconhecem que o desequilíbrio das contas externas é o calcanhar de Aquiles da economia brasileira, é o caso de se perguntar: por que o ministro Malan teme uma investigação e um debate aberto sobre a dívida externa e interna que pairam como uma espada de Dâmoques sobre a cabeça de todos os brasileiros? Por que quer ignorar o repúdio da socie-

dade sobre o acordo com o FMI, que ele tanto defende? Pela simples razão que poria a nu a vulnerabilidade da economia brasileira e a responsabilidade do ministro e equipe em gerar problemas.

Não é de hoje que Malan coloca panos quentes na incompetência da equipe econômica. O ex-ministro Bresser Pereira declarou na semana passada ao **Valor** que passou quatro anos e meio no governo ouvindo o ministro Malan pintar um quadro róseo ao presidente e ao ministério, que desembocou em crise cambial e desvalorização. E conclui que "o ministro (Malan) continua com um quadro róseo, quando a obrigação do governo é informar o país corretamente".

Diante dessa mistificação, nada mais oportuno do que subscrever as teses do plebiscito e mobilizar a opinião em prol de uma acurada investigação sobre as contas internas e externas brasileiras.

Guido Mantega, doutor em economia pela USP, é professor de economia da FGV-SP e autor de "A Economia Política Brasileira" e "Conversas com Economistas II", escreve às quintas-feiras, quinzenalmente. E-mail: gmantega@fgvsp.br